



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Pertinência e Atualidade dos Conceitos de Ideologia e Estado em Marx e Engels			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Mauro Luis Iasi	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professor Adjunto
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O quadro atual de contra-reformas que atinge o Estado e as políticas públicas revela um evidente elemento ideológico na medida em que apresenta como raiz e causalidade da crise o próprio Estado e sua suposta ineficiência gerencial e, conseqüentemente, como solução seu saneamento financeiro levando à política de ajustes fiscais e produção de superávits primários com grande impacto sobre o desmonte das políticas públicas. Tal fato nos permite refletir sobre a atualidade e pertinência dos conceitos marxianos e engelsianos sobre o Estado e a afirmação fundamental do vínculo existente entre o caráter do Estado e as determinações de classe, assim como a necessidade do domínio burguês apresentar a particularidade de seus interesses de classe na forma de uma universalidade abstrata materializada na igualdade formal e jurídica. Da mesma maneira, podemos verificar um evidente aspecto de inversão, ocultamento e justificativa no discurso e na prática política neoliberal ou do chamado liberalismo social, que vela o particularismo dos interesses de classe burgueses sob o manto enganoso de uma aparente universalidade produzindo esferas de consenso que tentam neutralizar as resistências necessárias contra o desmonte das políticas públicas. Ao contrário do que se tenta afirmar em um registro pós-moderno, estes fenômenos associados atualizam o conceito marxiano de ideologia e o tornam imprescindível para a compreensão da forma atual em que se manifesta a luta de classes.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Estado, ideologia, políticas públicas.			
ABSTRACT			
<p>The actual context of State and political policies counter-reforms reveals an evident ideological element insofar it presents the State and its supposed inefficient managing as the root and the cause of the crisis, and, therefore, the Structural Adjustment Programs policies, including the dismantling of public policies, as its solution. This issue permits us to analyze the actuality and pertinence of Marx and Engels concepts of State and the relationship between the nature of the State and class determinations, as well as the necessity of bourgeois domain to present its particular class interests as an abstract form of universality materialized by formal and juridical equality. At the same time, we can verify an evident aspect of inversion, hiding and justification in the neoliberal political discourse and practice or so called social liberalism, that veil particular interests of bourgeois class through a misleading mantle of an apparent universality producing consent spheres that try to neutralize resistances against the dismantling of public policies. Against what postmodernism thought tries to affirm, these phenomena actualized Marxian concept of ideology and make it indispensable to understand the actual form of manifestation of classes struggle.</p>			
KEYWORDS			
State, Ideology, Public Policies.			

Elementos introdutórios

A atual forma que assume o Estado e sua relação com as chamadas políticas públicas evidencia um claro viés ideológico. A fria constatação da inevitabilidade da pobreza e da miséria, a

determinação de enfrentar esse fenômeno apenas em sua manifestação mais aguda, portanto, de forma focalizada e fragmentada, constitui uma situação que pode bem expressar aquilo que Marx (2007: 283) chamou de “hipocrisia proposital”.

Ao contrário do que supõe uma certa aproximação pós-moderna (Evangelista, 2007), as atuais formas através das quais se expressam as políticas públicas confirmam a pertinência e a atualidade das formulações marxianas e engelsianas sobre o Estado e a ideologia.

A busca pela “diminuição das desigualdades sociais” aparece como uma constante em toda a história do planejamento no Brasil (Ianni, 1991). Mais recentemente, na Nova República o presidente Sarney declarou como seu objetivo a “erradicação da miséria” e Lula, mais modestamente, se propôs “combater” a miséria e, quem sabe, o pragmatismo reinante nos leve, um dia, a estabelecer como meta “conviver” com a miséria.

A persistência das desigualdades sociais e a afirmação do valor da igualdade sempre foi um paradoxo que perseguiu o pensamento político burguês desde seus primeiros interpretes, como Hobbes, Locke e Rousseau, até manifestações mais sofisticadas como na filosofia de Hegel. Não se trata, para este último, de superar um mítico estado de natureza em direção a um estado civil, mas de uma síntese expressa na unidade entre Estado, no sentido político, e sociedade civil. Para o filósofo alemão o Estado, como manifestação do espírito objetivo, é o momento ético político que torna possível a unidade do que no terreno da produção da vida, na esfera das necessidades, é disputa e discórdia, o reino da livre concorrência entre indivíduos, unidade da diversidade. Esta unidade, no entanto, só pode ser abstrata uma vez que a contradição entre os interesses particulares dos indivíduos que compõe o Estado não é superável, nem desejável que o seja. A solução hegeliana para este paradoxo é característico do pensamento liberal. Diz Hegel: “Que o fim do Estado seja o interesse universal como tal e que nisso, seja a conservação dos interesses particulares como substância deste último” (apud Marx, 2005: 36). Desta maneira a igualdade formal e jurídica não pressupõe de maneira alguma uma igualdade de condições sociais e econômicas entre os membros da sociedade burguesa.

A solução do paradoxo nesses termos acaba por produzir uma cisão entre o indivíduo na sociedade civil burguesa como *bourgeois* (burguês) e como *citoyen* (cidadão) no corpo de Estado (Marx, 1993: 46). Vejamos as determinações dessa cisão mais de perto.

A primeira crítica de Marx a esta concepção restringia-se ainda a um aspecto formal e lógico na afirmação hegeliana sobre a questão da soberania. Aceitando a tese lockeana da divisão dos poderes, Hegel afirmava a necessidade de um poder soberano no próprio Estado no sentido de

evitar que a concorrência própria da sociedade civil-burguesa contaminasse o momento ético-político. Reconcilia-se com a doutrina lockeana do Estado misto e aceita a figura do monarca como uma necessidade, afirmando que “a soberania do Estado é o monarca”, ou, em outras palavras, “esse momento absolutamente decisivo do todo não é a individualidade em geral, mas um indivíduo, o monarca” (idem: 44-45). O poder da sociedade que havia se alienado no Estado, agora se aliena no monarca.

Mas, como ficaria a substancialidade do Estado, ou seja, como ele poderia ser a expressão do interesse universal que tem por substância os interesses particulares? O filósofo alemão contorna este problema afirmando que a legitimidade do poder do monarca vem do fato dele expressar como sua decisão soberana, por meio da abstração do momento político e jurídico, aquilo que é a manifestação dos interesses das particularidades que através dele se expressam. Desta forma, na conclusão hegeliana, a verdade da monarquia é a democracia.

Para Marx a questão se coloca de forma bem diferente como fica claro em sua Crítica á filosofia do Direito de Hegel escrito em 1843. Diz Marx:

- 1) a questão é, precisamente, a seguinte: não é uma ilusão a soberania absorvida no monarca? Soberania do monarca ou do povo, *that is a question?*
- 2) Pode-se falar, também, de uma soberania do povo em oposição à soberania existente no monarca. Mas, então, não se trata de uma única e mesma soberania, nascida de ambos os lados, mas de dois conceitos absolutamente contrapostos de soberania, dos quais um é tal que só se pode chegar à existência do monarca, e o outro tal que só o pode em um povo (Marx, 2005: 49).

Concluindo em seu duelo lógico contra Hegel que “a democracia é a verdade da monarquia, mas a monarquia não é a verdade da democracia”. Até aqui Marx só podia assumir uma defesa radical da democracia como soberania popular, aproximando-se de Rousseau. Sua crítica, entretanto, permanece inconclusa como sua obra sobre a Filosofia do Direito de Hegel. Faltavam-lhe alguns elementos que lhe permitisse materializar a contradição entre interesses universais e particulares, faltava-lhe a crítica da economia política.

Em 1844 Marx o autor retoma sua crítica Hegel em um novo patamar. O Estado só pode se afirmar como momento ético-político, como momento da universalidade possível de uma sociedade civil burguesa como campo de batalha dos interesses particulares, na medida em que se coloque acima das diferenças que marcam os interesses particulares (nascimento, posição social, educação, profissão, etc.), concluindo que: “longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só existe na medida

em que as pressupõe; apreende-se como Estado político e revela sua universalidade apenas em oposição a tais elementos” (Marx, 1993: 44).

A cisão entre interesses gerais e privados revela uma contradição entre o cidadão como membro de um Estado e o indivíduo privado como membro da sociedade civil-burguesa. Diz Marx no mesmo texto:

Onde o Estado político atingiu o pleno desenvolvimento, o homem leva, não só no pensamento, na consciência, mas na realidade, na vida, uma dupla existência – celeste e terrestre. Vive na comunidade política, em cujo seio é considerado como ser comunitário, e na sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios, degradando-se a si mesmo em puro meio e tornando-se juguete de poderes estranhos (idem: 45).

Eis que se revela o fetichismo. Os seres humanos são seres comunitários apenas através, por meio, do Estado. São *citoyens* diante do Estado e *bourgeois* na sociedade civil-burguesa. Visto desta maneira o problema da contradição entre Estado e sociedade civil ganha a dimensão da contradição entre a emancipação política e a emancipação humana, isto é, a igualdade formal e jurídica dos seres particulares diferentes por meio do Estado, ou sua afirmação como seres sociais e comuns que são capazes de produzir sua própria existência por meio de uma sociabilidade humana que não se projete para nada além dela (religião ou Estado). Não é o Estado que permite a sociabilidade humana, pelo contrário, é esta sociabilidade que ao assumir certa forma histórica leva a necessidade de criação do Estado e, portanto, abre-se a possibilidade de uma sociabilidade que prescindida da forma Estatal, uma sociedade sem Estado.

A crítica da economia política permite à Marx desvendar as determinações que sustentam uma determinada particularidade que precisa se apresentar como universal através do Estado o que remete ao elo essencial entre o Estado e suas determinações de classe. Como afirma Engels:

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classe, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (Engels, apud Lênin, 2007: 30).

A entrada em cena do proletariado em 1848 e, principalmente a Comuna de Paris de 1871, forneceram os elementos que faltavam à Marx e Engels para dar contornos mais precisos à sua visão sobre o Estado e a necessidade de sua superação histórica.

A atual ofensiva ideológica burguesa e sua reafirmação radical dos valores liberais nubla o debate sobre o Estado e a radicalidade da crítica marxiana, ocultando algo de essencial: a imprescindibilidade do Estado no sociometabolismo do capital.

Estado, o sociometabolismo do capital e as políticas sociais

O pensamento liberal sempre desconfiou da presença do Estado mesmo para garantir condições iguais de disputa (Bering e Boschetti, 2008; Pereira, 2008), pelo contrário, se insurgiu contra ações que esperando combater a pobreza, segundo a afirmação liberal clássica, de fato agravavam suas causas porque desestimulavam os mecanismos “naturais” da economia e impediam o crescimento¹. No entanto, mesmo nas condições da livre concorrência o capital não podia abrir mão do Estado como guardião das condições essenciais à produção capitalista, ou seja, a garantia da propriedade e o controle sobre a classe trabalhadora. A passagem ao monopólio, entretanto, leva à necessidade de um papel mais ativo do Estado, além de sua função na garantia da ordem jurídica e da propriedade (Netto, 2006).

Seja por sua própria dinâmica sociometabólica que exige o Estado no processo total da produção e reprodução da acumulação capitalista, seja pela conflitualidade de classes que tal sociometabolismo enseja, o Estado do capital monopolista, em sua busca no sentido de “propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (idem: 26), é levado a buscar formas novas de legitimação² que leva ao desenvolvimento das “políticas sociais”.

¹ “A condenação malthusiana a qualquer ajuda ao pobre era tão forte e genérica que até a esmola em dinheiro, concedida pelos ricos, era rechaçada, não só por razões morais, mas também econômicas. No seu entendimento, se um pobre recebesse dinheiro sem esforço, ele deixaria de trabalhar; e, ao assim proceder, continuaria pobre, impingindo à sociedade déficit de produção” (Pereira, 2008:72). Na cultura popular brasileira, Luiz Gonzaga, resume este princípio cantando: “quem dá uma esmola a um homem que é são, ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão”.

² Dizemos “novas” formas de legitimação, uma vez que o tema nunca foi estranho à teoria política clássica como podemos ver nos estudos de Hobbes e de Locke, apenas para citar alguns. Ocorre que o princípio segundo o qual a legitimidade do poder público se resume ao fato de que exerce o poder por consentimento voluntário dos indivíduos e na garantia de seus direitos naturais, não é suficiente diante da luta de classes e da correlação de forças que se estabelecia nas condições de emergência do capital monopolista. Como afirma Netto “o que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das

Tal desenvolvimento na forma do Estado e sua relação com as manifestações da chamada “questão social”, pode levar a impressão aparente de um ciclo de etapas nas quais se alterna a ausência ou presença do Estado, de forma que no chamado período da acumulação primitiva de capitais (Marx, s/d), período em que se gesta as condições para o desenvolvimento das relações que constituem o capital ao se separar o produtor direto de seus meios de produção, o Estado e a predominância da força se configuram com instrumentos indispensáveis; já no desenvolvimento do período concorrencial prevalece o afastamento do Estado para suas funções restritas de garantia da propriedade e das condições jurídicas da disputa entre os agentes econômicos privados; situação revertida pelas condições monopólicas descritas que passam a evocar a presença Estatal na gestão das condições gerais que garantam a acumulação ampliada de capitais, incluindo as condições políticas diante das demandas e lutas dos trabalhadores; e, por fim, o ciclo chamado “neoliberal” no qual o Estado teria novamente se retirado com todos os conhecidos efeitos sobre a gestão e desenvolvimento das políticas públicas e sociais.

Esta alternância é o terreno em se funda o discurso ideológico que ora quer nos fazer crer que a condição do desenvolvimento é a retirada do estado, ora a única condição para tanto é a ação do Estado. Seja em um registro ou em outro o que prevalece é o mecanismo próprio da reificação e da alienação que supõe que mercado e Estado são dois elementos incontornáveis da sociabilidade humana.

Alguns elementos do fenômeno ideológico se apresentam aqui de maneira evidente. Além do fato de que a universalidade no Estado ocultar a particularidade dos interesses que o determinam, se produz uma inversão, isto é, o caráter genérico do ser humano não está em si mesmo, mas no mercado ou no Estado, os produtores são dominados por seus produtos (sejam eles as mercadorias ou as formas históricas de sociabilidade política); a isso se associa uma naturalização que oculta as determinações históricas e sociais, o Estado ora se apresenta de maneira mais presente e ora se afasta respondendo a ciclos “naturais” que nada tem haver com a ação das classes e seus interesses; levando, por fim, à justificação da ordem existente como natural e insuperável.

O Estado diante do “ajuste estrutural”

classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo tencionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dinamar em toda ordem societária” (Netto, 2008: 29).

O período de estruturação do capital monopolista e seu desenvolvimento na forma imperialista configura novas condições que passam a exigir novas respostas, entre elas a mudança no perfil da atuação do Estado no interior do sociometabolismo do capital. O capital é uma relação social, portanto, tanto a natureza das contradições como as medidas encontradas para enfrentá-las, são sempre político-econômicas. Os entraves colocados diante da acumulação pela transformação da livre concorrência em monopólio, neste sentido, demandam respostas que vão desde a reorganização do espaço do trabalho e das formas de gestão, saltos tecnológicos, novas estruturas de circulação e realização, até novos meios de enfrentamento da luta de classe, estruturas de legitimação e formas políticas de controle e busca de manipulação e consentimento.

O resultado deste quadro é, no ponto específico que nos interessa, uma mudança de perfil na ação do Estado que parece estar ligado ao próprio surgimento das políticas sociais. A forma de realização destas mudanças, no entanto, assumiu diferentes materializações. O essencial é a necessidade do Estado assumir funções econômicas diretas, desde as mais visíveis como no caso da sustentação de uma infraestrutura para o desenvolvimento do capital monopólico (siderúrgicas, mimeradoras, portos, vias de transporte, produção e distribuição de energia, estruturas de armazenamento, etc.), até as menos visíveis como a administração das contratendências para enfrentar a queda da taxa de lucro (intensificação da exploração do trabalho, redução de salários, formação de uma superpopulação relativa, barateamento dos elementos do capital constante, intensificação da disputa por mercados, a autonomização da esfera bancária e a formação do capital portador de juros (Marx, s/d, v. 3: 267-276) e, posteriormente, a exportação de capital e a consequente partilha e repartilha do mundo entre os monopólios e, portanto, a guerra (Lenin, 1976)). Ao lado destas funções econômicas diretas, que como já vimos nunca podem ser consideradas “puramente” econômicas, se apresentam medidas mais especificamente políticas que apesar da multiplicidade das formas e caminhos concretos que oferecem as mediações necessárias, tem por eixo a necessidade de evitar a irrupção da revolução socialista (no caso extremo) ou mesmo que as ações da classe trabalhadora possam, potencialmente, colocar em risco os elementos fundamentais do processo de acumulação. Ao lado deste eixo fundamental se inscrevem medidas de controle e gestão da reprodução da força de trabalho, como políticas de assistência e previdência.

Assim, estas tarefas essenciais assumiram várias formas que vão desde o New Deal norte americano, passando pelo Welfare State social democrata na Europa até as ditaduras na América Latina. Isto significa dizer que não há, em hipótese alguma, uma relação direta entre esta nova funcionalidade do estado Burguês e o chamado Estado do Bem-Estar Social.

Assim, se a maior presença do Estado em funções diretas ou indiretamente econômicas, no âmbito da reprodução da força de trabalho ou no campo da mediação política da luta de classes marca este período histórico, a forma impressa em cada formação social concreta parece ser muito distinta em cada caso.

A crise do capital nas décadas de setenta e oitenta encontra o padrão de acumulação em um ponto de saturação, de superacumulação e superprodução, o que acaba por produzir um movimento duplo: por um lado a necessidade de encontrar formas de manter a acumulação de capitais em uma situação onde a expansão extensiva parecia encontrar limites, conduzindo a caminhos intensivos que constituirão a reestruturação produtiva do capital (Mészáros, 2002: 249); por outro o peso das atribuições do Estado como sujeito principal das contratendências relacionadas à crise cíclica do capital e à queda da taxa de lucros, seu novo papel de gestor das condições de reprodução da força de trabalho e administrador de uma crescente superpopulação relativa, aliado ao seu velho papel de garantia da ordem e da propriedade, função que nunca abandonou, produzem um esgotamento do Estado. Este é o cenário no qual se apresentará o “ajuste estrutural” com saída e meio para um “novo” padrão de desenvolvimento.

No caso das formações sociais como o Brasil, na ponta do sistema imperialista como áreas de influência e destinatário da exportação de capitais, esta crise se agrava pelo papel de área de reprodução ampliada da acumulação que se dirige ao centro, não sendo, portanto, de se estranhar que a crise se inicie por aqui como demonstra a crise do México, Brasil e Argentina no decorrer dos anos oitenta do século XX.

O chamado “ajuste estrutural” não pode desta forma ser limitado à medidas tecno-administrativas visando uma maior “eficiência” na gestão pública, uma vez que todas as medidas tomadas constituem uma totalidade que inclui os elementos da reestruturação do capital, a alteração nas formas de gestão pública e na arena política da luta de classes incluindo neste campo uma forte ofensiva ideológica. Na verdade o termo “ajuste estrutural” se apresenta como uma verdadeira contradição em termos, uma vez que ajuste dá uma idéia de uma simples correção de rumos de algo que essencialmente vinha dando certo, enquanto o termo “estrutural” remete para a idéia de que seriam necessárias mudanças profundas na reorientação proposta, sem considerar que no conjunto as mudanças sugeridas tem por fundamento passar longe de alterações estruturais profundas no que tange as relações de produção, formas de propriedade e acumulação privada.

Vendo, portanto, o fenômeno como uma unidade inseparavelmente econômica, política e ideológica, podemos ver que as iniciativas no âmbito da chamada reestruturação produtiva foram simultaneamente acompanhadas de ações que alteram a forma de gestão pública e sua relação com a

sociedade, assim como impõe um novo padrão de comportamento do Estado diante da luta de classes.

A crise do padrão fordista, a acumulação flexível e a gestão pública

O fordismo foi uma resposta do capital diante das necessidades da acumulação nas condições do capital monopolista que inicia pela reorganização da produção com inovações como a linha de montagem até novas formas de gestão como a separação entre comando e execução proposta por Taylor. No entanto, exige e de certa forma cria uma forma de representação que era adequada às condições de convivência com uma grande classe trabalhadora concentrada em grandes plantas industriais e conseqüentemente em determinados espaços geográficos e políticos, as grandes cidades e centros industriais, daí a ligação estreita entre a formação do “operário-massa” fordista e o desenvolvimento da representação sindical por categorias.

O grande inimigo do fordismo é a antiga organização da classe trabalhadora e sua experiência histórica gestada durante o século XIX. Por uma lado a linha de montagem e a profilática separação entre a gestão e execução, as rígidas formas de controle de tempos e ritmos, o princípio da relação operário máquina, quebram o antigo saber operário e fragmentam a classe no próprio espaço da produção. Por outro lado, são necessárias instâncias de representação que permitam ao capital promover acordos pontuais com os trabalhadores como os relativos aos salários, jornada, benefícios, etc, que não se ocorram no bojo de processos de luta e enfrentamento que mobilizem potencialmente os trabalhadores como classe, daí a funcionalidade de um sindicalismo corporativista dividido em categorias, quando não por fábricas.

Ocorre que o padrão fordista exige em igual medida um novo papel do Estado que bem se insere em tudo o que foi descrito sobre suas funções no interior da ordem monopólica, seja na gestão direta ou indireta de bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho e que não interessa ao capital arcar com os custos, notadamente aqueles ligados à gestão de uma crescente superpopulação relativa que tem por função apenas pressionar a magnitude do valor da força de trabalho daqueles que estão na ativa como do exercito industrial de reserva, seja no papel de medidor legal da negociação capital e trabalho capaz de estender o negociado ou o imposto na forma de ordenamento legal.

No entanto, a relação do fordismo-taylorismo com a forma assumida pelo Estado neste período vai além desta relação funcional aos interesses do capital, a própria máquina administrativa do Estado assume cada vez mais o padrão fordista como molde de sua própria ação levando à definitiva identificação do Estado moderno com a organização racional burocrática nos termos definidos por Weber (1966, 1979, 2002). Não apenas pela separação entre os meios de gestão e os funcionários, mas na organização do trabalho, nas formas de controle e disciplina, na rotinização e impessoalização do serviço público.

A crise do padrão fordista, que tem por base o próprio movimento contraditório do capital em seu processo de valorização e superacumulação, propicia que o enfrentamento de classe no momento da crise ocorra em um patamar qualitativamente diferenciado. Agora o capital havia que se confrontar com sua própria criação, um operariado concentrado em grandes cidades e pólos industriais, em enormes plantas produtivas e mesmo além delas. Como afirma Antunes (1999:41), o fordismo paradoxalmente

possibilitou a emergência, em escala ampliada, de um novo proletariado, cuja sociabilidade industrial, marcada pela massificação. Ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe. Se o operário-massa foi a base social para o “compromisso” social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60.

O grande desafio do capital passa a ser transitar de uma forma de acumulação fordista para uma forma chamada “flexível” que predominará como resposta adequada às novas condições da exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que desarticula a capacidade de reação e resistência deste operário-massa por ele mesmo criado. De certa maneira a reestruturação produtiva e a implantação de novas formas de gestão associadas a chamada acumulação flexível contribuirão tanto para propiciar saídas intensivas à acumulação diante do estrangulamento ou limitação das clássicas saídas extensivas (ocupação de áreas não capitalizadas, exportação de capitais, autonomização do capital portador de juros, etc), como para produzir um efeito sobre a classe trabalhadora alterando seu perfil e produzindo uma profunda fragmentação e dispersão espacial e política dos trabalhadores.

Em síntese as características desta chamada acumulação flexível são (Antunes, 1999: 54 e 55): 1) produção vinculada à demanda; 2) o trabalho em equipe, grupo, célula de produção, etc; 3) a polivalência e multifuncionalidade do trabalhador rompendo o paradigma fordista da relação

homem-máquina; 4) o just-in-time como maneira de ordenar o fluxo da produção de acordo com a demanda eliminando ou diminuindo os estoques internos; 5) sistemas de reposição interna na produção de retroalimentação de acordo com a necessidade, como kanban e outros; 6) desconcentração da produção através de terceirizações, condomínios produtivos e outras formas, conhecida como “teoria do foco” ou “horizontalização da produção” (idem, ibidem); 7) Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) que impõe a sobreposição do trabalho ao controle de qualidade subordinando o saber operário ao capital e potencializando-o como fator de produtividade e controle; 8) e finalmente política de emprego e compromisso com estabilidade, restritas às empresas mestres (não se estendem às terceirizadas muito menos à periferia das áreas de exportação de capitais), mas que constituem a base do compromisso do sindicato por empresa, fragmentando a representação sindical.

Tal reestruturação produtiva, para qual o Toytismo é paradigmático, produziu efeitos que vão muito além dos impactos no padrão de acumulação, mas que incidiram sobre a própria constituição da classe trabalhadora, produziu efeitos na correlação de forças políticas na luta de classes, alterou a forma de gestão pública e de funcionamento do Estado, e, por fim, foi a base para uma sólida ofensiva ideológica contra os trabalhadores e a alternativa de uma sociabilidade além do capital.

A mudança do padrão de acumulação e a gestão pública

Não há nenhuma coincidência o fato de que o processo de reestruturação produtiva se combine com a insistente demanda dos setores conservadores pela chamada “reforma do Estado”. No conjunto de uma série de mudanças que se sintetizam no que se convencionou denominar de “neoliberalismo” (Anderson, 1998), a “reforma do Estado” parece ocupar um papel central, e costuma ser vista como uma relação causal direta das alterações sofridas no âmbito das políticas sociais.

Em um primeiro momento os reformadores apontam claramente para uma transição em direção a uma forma de gerencialismo no qual a população atendida se converte em “cliente” de um serviço e o próprio Estado em nada mais que uma “empresa” que o presta, portanto, sujeita a todas as regras de organização da produção e do trabalho que no momento atingiam a estrutura produtiva. Também conhecido como “gerencialismo puro” (Bento, 2003: 89), esta forma se caracteriza por propor: 1) um aumento dos controles financeiros; 2) desenvolvimento de sistemas de informação; 3)

racionalização orçamentária incluindo processos de avaliação de custos e controle de gastos; 4) uma política de eficiência, entendida não em relação aos resultados atingidos no sentido de enfrentamento de problemas diagnosticados, mas de ótima utilização de recursos existentes na gestão de processos; 5) administração voltada a objetivos e metas organizacionais acompanhadas de gestão de desempenho, acompanhamento e controle (mais uma vez, gestão de processos e não de resultados); 6) delegação de autoridade (*empowerment*) com “autonomia” administrativa, o que leva a; 7) atribuição de responsabilidades para os agentes delegados quando da má gestão de programas (*idem, ibidem*).

Parece haver uma indisfarçável relação entre o padrão da acumulação flexível no universo produtivo e os parâmetros pelos quais se espera ordenar o trabalho no setor público. Isto é, no entanto, mais do que uma mera “influência” de modelos administrativos ou propostas de gestão, mas uma necessária adequação do Estado e da sua máquina administrativa às novas demandas de um padrão de acumulação monopólico e financeiro (no sentido leniniano do termo) no quadro da crise do final do século XX.

Não poderíamos afirmar que o padrão do gerencialismo puro supera, no sentido restrito da palavra, a organização racional burocrática em suas formas mais marcantes, da mesma forma que o fordismo é, de certa forma, potencializado em alguns de seus aspectos que permanecem na forma que lhe substitui. No caso da gestão pública este aspecto transparece, segundo os críticos da forma pura, ainda em uma excessiva “padronização” dos serviços, na persistente hierarquização dos processos, na cultura da “impessoalidade” e “formalismo” levando a uma certa defensiva diante do usuário do serviço (*idem*: 91).

No diagnóstico dos críticos do gerencialismo puro, o fundamento da persistência da racionalidade burocrática se devia a um desvio de origem: o pretense universalismo do serviço. Cobram-se, então, ações que buscam a plena passagem para uma forma “flexível”, ou seja, uma diversificação de opções que levem a ações descentralizadas, supostamente mais adequadas às necessidades concretas vividas pelo público atingido pelos serviços, numa espécie de produção *on demand* (sob demanda) ou um processo que no âmbito produtivo se identifica como *downsing* (a já citada horizontalização). Esta perspectiva fica conhecida como uma administração pública “voltada ao mercado” (também chamada de consumerista), entendida como uma eficiente alocação de recursos de acordo com demandas e não na cega universalização de serviços e bens entendidos como direitos.

Isto nos leva, ainda segundo Valles Bento (2003: 91) a uma forma de administração marcada pelas seguintes características: 1) administração voltada ao mercado ou “quase-mercados”; 2)

alteração da gestão fundada no controle hierárquico, para um tipo mais adequado a situação de mercado que é a forma “contrato”; 3) redução das instâncias de hierarquia e controle (horizontalização) flexibilizando processos de gestão e avaliação; 4) descentralização administrativa e desconcentração de instâncias; 5) uma separação entre o planejamento e a operacionalização das ações³ cuja unidade caracteriza a antiga forma de gestão uma vez que era o poder público responsável pela execução das políticas presentes no planejamento; 6) Parcerias entre o setor estatal e o setor privado; 7) avaliação por *feed back* do usuário e políticas de “qualidade total”, que como se imagina não dizem respeito a eficiência dos meios no sentido de enfrentamento de problemas, mas de eficácia na utilização dos recursos e “percepção” de atendimento por parte dos usuários⁴.

Reforma do Estado e luta de classes

Ainda que esta concepção da administração pública tenha caracterizado o ciclo neo-liberal, esteja diretamente associada ao processo de desmonte do Estado e a precarização das políticas sociais, não podemos concebê-la como causa do desmonte ou da verdadeira “contra-reforma” do Estado. Nenhuma concepção administrativa tem este poder. Esta aproximação desloca o problema para o terreno das idéias e da vontade política, abrindo o perigoso caminho para uma vez feito o diagnóstico acreditar que as pessoas certas com as concepções corretas seriam capazes de dotar o Estado de uma eficiência no sentido de gerir políticas sociais adequadas.

Compreende-se, nesse viés, o fenômeno da reforma do Estado como um debate de “idéias”, ou um embate de “concepções”, entre neo-liberais e desenvolvimentistas, ou responsáveis e irresponsáveis, ou neoliberais de mercado e liberais sociais com escrúpulos sociais e uma “consciência” que os leva ao compromisso com os mais pobres. Só é possível compreender este fenômeno se o entendermos como parte da ofensiva ideológica empreendida e que é parte

³ Como vemos este é um aspecto que de fato potencializa um elemento da forma fordista-taylorista e de sua expressão na administração burocrática, mais especificamente a separação do planejamento e da operacionalização. Podemos afirmar que mesmo na esfera produtiva a delegação de aspectos do controle de qualidade, a polivalência e a incorporação dos trabalhadores no trabalho em equipe, no estabelecimento de metas, não implica que o planejamento e as definições estratégicas do capital fossem transferidos para a força de trabalho. No caso da administração pública esta separação é a mediação que permite o descompromisso do Estado com a execução das “políticas”, restringido sua ação ao planejamento e a iniciativa de ações a serem executadas pela “sociedade civil”.

⁴ No caso do setor produtivo a qualidade total é um instrumento para evitar o “retrabalho”, mas no caso do setor público a lógica é outra, transformando as políticas de suposta “qualidade total” e ferramenta de controle de funcionários e de penalização dos usuários, ou seja, o funcionário que tem que atender o público em menos tempo para evitar as filas, ou o médico da previdência que tem que cumprir a meta da “alta programada” independente das condições de saúde do trabalhador, acabam responsabilizados pela “qualidade” do serviço, e não a alocação de verbas para este fim disputar prioridade com o pagamento de juros, por exemplo.

inseparável do fenômeno cujo outros aspectos constituem a reforma do Estado e o processo de reestruturação produtiva do capital.

Marx e Engels afirmam que a “teoria, a filosofia, a moral, puras” só podem aparecer como forças reais (representando algo de real, sem que representem realmente algo) independentes e que podem ser combatidas e revertidas pelo simples trabalho da “consciência sobre a consciência” porque “separamos as idéias da classe dominante da própria classe dominante e as tornamos autônomas” (Marx e Engels, 2007: 48). Na verdade nos defrontamos com um aspecto essencial do próprio fenômeno ideológico: apresentar o particular como se fosse universal, ou seja, uma particular visão de mundo como se não fosse a expressão das relações que constituem uma classe a classe dominante, mas a expressão de uma universalidade que expressa os interesses de toda a sociedade. Seguem os autores da Ideologia Alemã:

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas idéias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (idem, ibidem)

No caso de nosso tema específico o trabalho da ideologia tem que obrigatoriamente mascarar sua identidade particular com a burguesia uma vez que procura opor uma “forma” de administração à outra, que considera burocrática e ineficiente, obscurecendo o fato que esta forma anacrônica a ser superada foi também anunciada pela mesma burguesia como forma de salvação da humanidade pela dinâmica do produtivismo industrial, apresentado como único vetor possível do desenvolvimento e caminho único para “modernizar” a sociedade resultando na diminuição das desigualdades sociais. Quebrado o vínculo que ligas as idéias da classe dominante a esta classe, podemos apresentar a questão como um mero debate de alternativas teóricas sobre as formas de administrar o Estado.

Recuperar o vínculo entre as idéias de uma classe e esta classe, no nosso caso, significa afirmar que tanto o fordismo respondeu às necessidades de salvar o padrão de acumulação no início do século XX, como as chamadas formas flexíveis são a resposta do capital monopolista e, portanto de sua personificação – a burguesia monopolista – diante das novas circunstâncias criadas pela crise do capital ao final do século XX.

Entretanto, a ideológica apresentação da reforma do Estado como mero debate de concepções nos desarma no sentido de compreender algo ainda mais fundamental. A mera atribuição dos princípios que orientaram a reforma do Estado ao chamado neoliberalismo, sem que compreendamos as determinações mais profundas que neste caso se encontram na alteração dos padrões de acumulação do capital nas condições da crise do capital monopolista-imperialista, pode nos levar a propor alternativas que no reino das representações pareçam ser inovações e rupturas, mas que servem perfeitamente às necessidades de adequar o discurso ideológico à dinâmica real da luta de classes encontrando uma nova forma de mascarar o mesmo conteúdo.

Um pequeno exemplo. A maneira de apresentar o fenômeno como uma alternância de ciclos nos quais o Estado ora se apresenta como indutor do desenvolvimento e na gestão das condições de reprodução, ora se ausenta permitindo o “livre” funcionamento do mercado, pode nos levar a uma severa crítica ao neoliberalismo, mas corre-se o risco de fazer coro com uma necessária “volta” do Estado (que de fato nunca saiu), aceitando e naturalizando ideologicamente suas funções como inevitáveis para a sociabilidade, mais que isso, aceitando por via de consequência a tese de que as políticas distributivistas, sejam elas associadas ou não às formas de Estado de Bem-Estar Social, podem operar via este Estado que tem por base a perpetuação das relações de exploração que estão na raiz do fenômeno das desigualdades que assim se perpetuam.

Entretanto, ao tratarmos da reforma do Estado, ou da contra reforma operada nos anos noventa, parece-me, que um risco ainda maior se apresenta. A não vinculação das idéias e das classes que as suportam permite que a própria luta de classes seja impactada pelo efeito de volta da ideologia. O ajuste estrutural iniciou-se, no caso do Brasil, em um momento da luta de classes que, por uma série de razões, nos encontrávamos em uma correlação de forças mais favorável aos trabalhadores, um momento de ascenso das lutas operárias e sindicais no contexto de crise da ditadura militar que transitou para um processo de democratização.

Essa caracterização não é estranha à afirmação antes anunciada segundo a qual a crise do padrão fordista tem que enfrentar o próprio operário-massa que este padrão criou. Mas, no caso da formação social brasileira, a forma de expressão desse momento do ser do capital e suas manifestações quanto ao papel do Estado assumiu aqui a forma de uma Ditadura empresarial-militar de maneira que a crise do modelo econômico coincide como a crise de sua forma política autoritária, ou nos termos de Florestan Fernandes (1976), da “autocracia burguesa”.

O resultado imediato de tal configuração conjuntural foi a entrada em cena da classe trabalhadora e a constituição de sujeitos coletivos, desde o movimento sindical até uma

dinamização de movimentos sociais no campo dos trabalhadores, passando por expressões político partidárias das quais o PT é o exemplo mais significativo.

Isso implica que o ajuste estrutural teria que enfrentar uma resistência de um campo popular que pressionava exatamente no sentido inverso, ou seja, de garantia de direitos, da universalização de acesso a bens e serviços e de participação política, o que será caracterizado por alguns autores – por exemplo, Mello (1994, apud Ugá, 1997:90) – como uma “explosão de demandas”. Ao mesmo tempo, as próprias classes dominantes e seus diferentes segmentos, de certa forma, resistiam ao simples desmonte do Estado, ainda que por motivos muito diferentes, no caso pela defesa de seus privilégios e da perpetuação de uma situação na qual setores inteiros das camadas dominantes fizeram do fisiologismo estatal um poderoso recurso de poder para equilibrar sua delicada relação com os setores monopolistas.

O cenário concreto da luta de classes e os interesses em jogo, não apenas das classes fundamentais, mas de segmentos que nem sempre atuam de forma homogênea, impôs uma forma peculiar na condução do ajuste.

As primeiras tentativas de imposição da agenda do ajuste “estrutural” esbarraram nestas resistências o que fez os verdadeiros atores do processo a repensar os caminhos escolhidos. Ainda que mantendo a fé no ajuste e a condenação a qualquer outra alternativa, imediatamente identificada como “irresponsáveis”, “populistas”, “insustentáveis” (Ugá, 1997: 92), passa a ficar claro que o mero controle do governo através de um presidente convencido da necessidade dos ajustes (no caso, inicialmente Collor, depois Itamar e FHC) e de meios governamentais e legislativos capazes de implantar as medidas necessárias para realizá-lo, que poderíamos chamar de condições de governabilidade, tornava-se necessária a neutralização das resistências, tanto dos setores das camadas dominantes como dos trabalhadores.

É neste sentido que o Banco Mundial a partir de 1991 passa a propor um “processo social de construção de consensos internos que sustentem as reformas” (Jarquín, 1992, apud Ugá, op. cit.: 93). Eli Diniz (1997: 187) descreve desta maneira essa necessidade:

O que se procura é alcançar um equilíbrio entre a viabilidade econômica do programa de ajuste e sua exequibilidade política. Tal equilíbrio não se obtém espontaneamente, senão que resulta de uma estratégia deliberada de busca do consentimento ativo dos grupos sociais estratégicos, trabalhadores e empresários, que formam uma das partes do tripé constituído pelo governo, partidos e organizações de cúpula representantes do capital e do trabalho.

O esforço de construção de “consensos” e a “estratégia deliberada” de busca de consentimento com as “organizações de cúpula” do capital e do trabalho leva aquilo que os próprios relatórios do banco mundial identificam como “governança” (*governance*). Portanto, mais que um discurso ideológico, estamos diante de um efeito prático que exige um pacto social que quebre a resistência dos trabalhadores e a autonomia e independência conquistada ou potencial, que marcou os anos oitenta.

O presidente FHC opera a primeira parte do plano de governança para o ajuste “necessário” uma vez que logra neutralizar as resistências dos setores fisiológicos e do grande monopólio financeiro através de uma solução de compromisso quanto ao ritmo das mudanças e de mecanismos de compensação. Politicamente este processo se expressa na aliança entre PSDB e PFL e marca os dois mandatos de FHC com todos os efeitos por nós conhecidos.

No entanto, restavam os trabalhadores que se viam ameaçados pela ofensiva do capital nos locais de trabalho pela reestruturação e pelo desmonte do Estado com todos os efeitos esperados para as políticas públicas. Ocorre que o efeito combinado de todo o processo ocorrido nos anos noventa, incluindo aí o auge da reestruturação e seus efeitos, inclusive no desemprego, combinou-se com um cenário externo marcado pelo desmonte da URSS acompanhada por um recrudescimento da ofensiva política contra qualquer alternativa além da ordem do capital, levando a um momento de clara defensiva dos trabalhadores. O efeito desta defensiva foi uma clara inflexão das organizações criadas pelos trabalhadores neste ciclo (sindicais, partidárias e nos próprios movimentos sociais) no sentido de um perfil político mais ao centro e aberto á possibilidade de acomodação nos limites da ordem.

Estava dado o cenário no qual as organizações dos trabalhadores podiam distanciar-se de seus representados e em seu nome selar pactos que permitiriam as condições de governança necessárias à implantação plena dos ajustes.

Quando Florestan Fernandes (1976) avalia os cenários políticos possíveis diante da crise da autocracia burguesa, tende a acreditar que as características que estão na base da autocracia tornariam muito difícil um arranjo que permitisse às classes dominantes brasileiras ampliar sua hegemonia pela via da legitimação da ordem burguesa perante as amplas camadas oprimidas pela ordem capitalista. As condições do capitalismo dependente não dariam margem à estratégias de inclusão que poderiam legitimar o poder burguês além dos estreitos limites do bloco de classes dominantes e elites privilegiadas. Diz Florestan:

a massa dos que se classificam dentro da ordem é pequena demais para fazer da condição burguesa um elemento de estabilidade econômica, social e política, enquanto que o volume dos que não se classificam ou que só se classificam marginalmente e parcialmente é muito grande (Fernandes, 1976: 330).

O que o leva a afirmar que “dominação burguesa e o poder burguês ficam, em consequência, estreitamente confinados aos interesses e aos meios de ação das classes burguesas” (idem: 331). Diante desta constatação Florestan constrói a convicção que no devir do processo político brasileiro (ele está escrevendo no início dos anos setenta) não haveria espaço para uma autoreforma da autocracia na direção do que denominou de “democracia de cooptação”. Vejamos em suas palavras:

Até onde pudemos chegar, por via analítica e interpretativa, não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, “dentro da ordem”, não pela atenuação, mas pelo recrudescimento do despostismo burguês (...). Parece fora de dúvida que as classes burguesas mais conservadoras e reacionárias considerarão exagerado o preço que terão que pagar à sobrevivência do capitalismo dependente, através da democracia de cooptação (idem: 365).

Em um primeiro momento o desenrolar dos acontecimentos parecem dar razão às previsões de Florestan Fernandes se considerarmos os governos Collor, Itamar e os dois mandatos de Fernando Henrique. Neste quadro as demandas democráticas “em atraso” pelo “divórcio” entre a Revolução Burguesa e a revolução democrática, são apresentadas pelos setores populares e encontram uma impermeabilidade nas camadas dominantes que reforçam o caráter autocrático. No entanto, por caminhos que não podiam ser antecipados pelo sociólogo brasileiro, o deslocamento de um setor político da classe trabalhadora através de uma inflexão política primeiro ao centro e depois à direita, gera as condições que faltavam para a “democracia de cooptação”⁵.

Um exemplo nos parece revelador dessa inflexão. No contexto da constituição promulgada em 1988, os trabalhadores logram incluir no debate da Previdência o princípio pelo qual o fundo previdenciário deveria ser composto não apenas pela contribuição dos trabalhadores, que necessariamente oscila nos períodos de desemprego ou de variações da atividade econômica, devendo ser agregados recursos oriundos do capital, tais como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além da Cofins e da então CPMF. No entanto, o principal argumento para a

⁵ Sobre essa inflexão política nos casos da CUT e do PT ver Tumolo (2002) e Iasi (2006).

necessidade de uma reforma da previdência vem exatamente da afirmação de seu déficit (em 2006 anunciado como sendo da ordem de 42 bilhões). Segundo Gentil (2007: 30), todavia,

se computada a totalidade das fontes de recursos que cabem à Previdência, conforme disposto na Carta Magna, e deduzida a despesa total inclusive com pessoal, custeio, dívida do setor e gastos não previdenciários, o resultado apurado será um superávit de R\$ 921 milhões em 2005 e de R\$ 1,2 bilhão em 2006.

Ora, nossa questão é a seguinte: por qual motivo os trabalhadores, que insistiram em 1988 que o fundo previdenciário incluísse a CSLL, Cofins e CPMF, aceitam a afirmação da existência de um déficit que só se expressa quando não incluímos estes fatores no cálculo, transformando um superávit de R\$1,2 bilhão em um déficit de R\$ 42 bilhões justificando uma reforma que sobre todos os aspectos penaliza dos trabalhadores em nome do ajuste das contas do Estado? E mais, reforma esta levada a cabo exatamente por aqueles que no final dos anos oitenta representavam a liderança política da classe trabalhadora e que agora no governo impõe o ajuste estrutural.

Evidente que há pequenas e grandes traições, mas o desvio político ou moral de uma direção não pode explicar o fenômeno que faz com que a classe trabalhadora tenha aceitado, ou consentido indiretamente, ainda que com resistências louváveis, os termos do pacto de governança necessário ao “ajuste estrutural”. A questão é mais complexa.

O processo geral de defensiva e a inflexão política das direções criaram as condições para o pacto que viabiliza a democracia de cooptação, mas seria necessário mais que isso. Os efeitos do ajuste estrutural, da contra reforma do Estado, são profundamente impactantes nas políticas sociais e, por via de consequência na qualidade de vida dos trabalhadores, assim como o novo padrão de acumulação monopólica aprofunda as desigualdades sociais. Esses elementos poderiam ter inviabilizado o processo de ampliação de esferas de consenso e de aceitação das reformas, cenário que boa parte daqueles que resistiram ao desmonte esperavam e que, na prática não se deu⁶. Isso nos leva a considerar outros fatores.

O Estado depois do ajuste e a nova roupagem da velha alternativa conservadora

⁶ Isso não significa que não houve resistências e, em muitos casos, lutas consideráveis, no entanto, o que aqui quer se salientar é que não se produziu uma resistência a ponto de produzir uma nova fusão de classe que reconquistasse sua autonomia e independência, permitindo a configuração de uma hegemonia passiva na qual as camadas dirigentes e burocráticas dos trabalhadores podiam contar, se não com o apoio ativo, com a apatia de boa parte dos trabalhadores atingidos pelas reformas.

Quando Eli Diniz (1997) procura entender a dinâmica da reforma do Estado e suas dificuldades, naquele momento referindo-se ao governo Collor, intui que a característica da reforma ter que ser imposta pelo auto, ou o que Ugá (1997: 86) denomina de “paradoxo ortodoxo” uma vez que “é o próprio vilão a ser abatido (isto é, o Estado) o agente fundamental da implantação das políticas propostas”, leva a um problema de “legitimidade” das reformas. No entanto, antes de ir aos elementos descritos na categoria de governança, Diniz procura afirmar que tal imposição das reformas só poderia se dar pelo alto e, portanto, exigiria que:

A grande transformação fosse conduzida com base no poder pessoal do presidente, que lhe emprestaria legitimidade. A ênfase deslocou-se para aspectos carismáticos da figura do presidente, que vinha investindo fortemente na construção da imagem de guia providencial, agraciado pelo dom da infalibilidade e da onipotência (Diniz, 1997: 189).

Nos parece que estamos diante de um clássico caso de escolha do ator errado para o papel. Collor não reunia as condições de encarnar o personagem descrito por Diniz, o poder presidencial não empresta a ninguém esta legitimidade, ela é um processo muito mais complexo que não pode ser criado artificialmente por um monopólio de comunicação como foi o caso. Mas a autora, mesmo sem o saber, acerta em um elemento essencial: o processo de imposição do ajuste teria, mesmo com as condições pactuadas de governança estabelecidas pelos acordos de cúpula com as organizações burocráticas dos trabalhadores e deles distanciadas, que recriar uma espécie de bonapartismo, ou, nos termos da política brasileira, o bom e velho populismo.

O capital teria que pagar um preço muito alto pelo consentimento, nos termos de um Estado de bem-estar, um preço que não estava disposto e que creio não tinha como pagar nas condições do ajuste no Brasil. Nas condições aqui presentes não se cogita a possibilidade de um pacto social democrata ou qualquer aproximação mais clara com um Estado de Bem-estar Social. Seria necessário neutralizar a classe através do controle de suas instituições, mas, ainda mais que isso, mobilizá-la passivamente através dos conhecidos mecanismos de autonomização da liderança para que respaldasse passivamente uma política contrária aos seus reais interesses.

Há, no entanto, limites na capacidade de manipulação da liderança bonapartista e/ou populista. A identificação com o líder carismático não é suficiente, é necessário que o discurso ideológico seja capaz de produzir seu efeito desejado, isto é, apresentar nos termos do discurso que pareça ser o da mudança a substância conservadora dos interesses particulares da burguesia.

E isto se deu. Não somente no acerto argumentativo do discurso, mas na forma de uma ação que se apresenta como alternativa à proposta neoliberal para executar essencialmente as mesmas exigências do capital monopolista.

No âmbito da (contra) reforma do Estado, ao lado do gerencialismo puro e dos chamados “consumeristas”, aqueles que mais incisivamente aprofundam os paradigmas de uma gestão dita flexível da administração pública, e aparentemente de forma crítica em relação a estas aproximações, desenvolve-se um discurso que sem superar nenhum dos elementos descritos da proposta voltada ao mercado e as práticas da qualidade total, com destaque para as parcerias público-privadas, a horizontalização, o *empowerment*, a avaliação por desempenho, a administração de processos, a restrita noção de eficiência; embrulham ideologicamente estes princípios apresentando-os como sendo uma valorização da “cidadania” e de um fortalecimento da “participação” de uma suposta “sociedade civil organizada”.

Prepara-se o argumento segundo o qual ninguém quer o antigo paradigma do Estado centralizador⁷, forma-se, segundo Diniz (op.cit.: 176), uma espécie de consenso negativo “em torno da rejeição do antigo formato estatista-concentrador”, da mesma forma nossas consciências socialmente responsáveis não aceitam o primado puro e simples do mercado. A solução, anunciada pela própria construção da equação, é a velha e medíocre (no sentido aristotélico do termo) política do meio termo. Trata-se de combinar com responsabilidade as virtudes do mercado e da gestão pública (Rico e Raichelis, et alli, 1999). Na prática potencializa-se os elementos descritos de privatização, parcerias, fragmentação e focalização, no entanto, apresentados agora como virtuosas formas de tornar o Estado mais próximo da “sociedade civil” e daqueles que de forma participativa conduzem ações para solucionar seus problemas, no que são ajudados pelo poder público, como parceiros.

No interior deste prisma a reforma do Estado passa a ser vista como parte de um processo “consensual” inseparavelmente ligado à consolidação da democracia⁸. Ainda segundo Diniz (idem, ibidem) seria necessário superar dois tipos de dicotomia que impediriam as análises atuais: “de um lado cabe refutar a polaridade Estado-mercado, que comporta em seus dois extremos, visões idealizadas acerca do reforça ou da atenuação do intervencionismo estatal” (idem).

⁷ Outro aspecto ideológico que não cabe aqui desenvolver é a identificação do antigo paradigma o Estado centralizador com a proposta socialista transformando a crise do capital em elemento para tentar deslegitimar a alternativa anti-capitalista.

⁸ “Desta forma, o objetivo de reformar o Estado é parte intrínseca de um processo mais amplo de fortalecimento das condições de governabilidade democrática”. (Diniz, 1997:176).

De certa maneira tal discurso já representa uma reflexão daquilo que de fato significou o governo Lula no âmbito da contra reforma do Estado, uma aparente saída que se desvencilha do universo neoliberal em direção a uma lógica “social-liberal” para costurar o consentimento dos trabalhadores a uma maneira de conduzir as políticas sociais totalmente adequada a forma de reprodução do capital monopolista em sua forma atual. Um pacto sem benefícios, uma focalização e fragmentação que ameaça a própria noção de direitos sociais e de políticas públicas, apresentada como se fosse um aprofundamento da democracia, do compartilhar das responsabilidades, da gestão e da avaliação que leva, no limite, a culpabilização, à responsabilização da própria sociedade pelo seu estado de desassistência. Em poucas palavras: uma democracia de cooptação.

Qualquer um que queira compreender esse cenário contemporâneo além de suas enganosas aparências terá que buscar as determinações de classe do Estado e desvendar os mecanismos ideológicos que travestem de interesse geral os interesses particulares das classes e segmentos de classe que se articulam no Estado.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. – Balanço do neoliberalismo. In _ Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático, SADER e GENTILLI (orgs). São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- ANTUNES, R. – Os sentidos do trabalho, ensaios sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BENTO, L.V. – Governança e governabilidade na reforma do Estado, entre a eficiência e democratização. Barueri (SP): Manole, 2003.
- BERING, E. R. e IVANETE, B. – Política social, fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.
- DINIZ, E. – Crise, reforma do Estado e governabilidade. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- EVANGELISTA, J. M. – Teoria social pós-moderna: uma introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- FERNANDES, F. – A Revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GENTIL, D.L. - A política fiscal e a falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil. In_ Arrecadação e gastos públicos. São Paulo: Boitempo, 2007.
- IANNI, O. – Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1991.
- IASI, M.L. – As metamorfoses da consciência de classe, o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- JARQUÍN, E. – Governabilidad y desarrollo, el Estado de a discusión. Washington DC, apud,
UGÀ, op.cit.
- LENIN, V. I. – El imperialismo, fase superior del capitalismo. In_ Obras Escogidas, v. 2. Moscou:
Edit. Progreso, 1975.
- MARX, K. – O Capital. Livros I e III. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, s/d.
_____. – Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.
_____. – Manuscritos econômicos e filosóficos. Lisboa: Ed. 70, 1993.
- MARX, K. e ENGELS, F. – A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MELLO, M.A.- Governabilidade no Brasil, caminhos percorridos e a percorrer. Rio de Janeiro:
IUPERJ, 1994.
- MÉSZAROS, I. – Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. – Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 2006.
- PEREIRA, P.A.P. – Política Social, temas e questões. São Paulo: Cortez/Cnpq, 2008.
- RICO, E.M. e RAICHELIS, R. – Gestão social, uma questão em debate. São Paulo: EDUC, 1999.
- TUMOLO, P.S. Da contestação à conformação, a formação sindical da CUT e a reestruturação
capitalista. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2002.
- UGÁ, M.A.D. – Ajuste estrutural, governabilidade e democracia. In_A miragem da pós-
modernidade, democracia e políticas sociais no contexto da globalização. GERSHMANN e
VIANNA. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- WEBER, M. – Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal.
Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
_____. - Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
_____. - Economia e Sociedade. V. 1. Brasília: Unb, 1999.